



A ENTENTE CORDIALE

Paris, 16 de Abril de 1904

Os nossos acordos com a Inglaterra foram bastante bem recebidos; estou admirado pela facilidade com que a opinião aceita a ideia razoável de que não podendo nós expulsar os Ingleses do Egipto era a altura de admitir uma situação de facto contra a qual nada podíamos e de obter qualquer coisa em troca da nossa adesão. Delcassé teve a audácia de dizer alto o que toda a gente pensava e a sorte de encontrar um conjunto de circunstâncias único para tratar com os Ingleses.

Com efeito, não devemos ignorar que, sem a guerra do Transvaal, que sangrou a Grã-Bretanha e a tornou mais sensata, sem o conflito do Extremo Oriente que fez reflectir os dois lados do estreito e inspirou a todos um desejo ardente de limitar o conflito, os nossos acordos não teriam sido possíveis ou não teriam sido favoravelmente aceites pela opinião. Houve, pois, uma conjuntura feliz mas na vida não chega encontrar as ocasiões, nem querer tirar partido delas, é preciso estar preparado. Ora, nós estávamos preparados, graças às conversas tidas, sem interrupção, durante vários anos. Logo a seguir ao nosso acordo sobre a África, em 1899, Delcassé deu-me instruções para abordar com Lord Salisbury uma resolução geral dos nossos assuntos. Era arriscado, era prematuro e achámos o ministro demasiado imaginativo. Aliás, Lord Salisbury esquivou-se, deixando cair que nada se podia fazer com ministros que duravam tão pouco como os nossos. Mas, graças à sua maleabilidade, Delcassé aguentou-se mais de seis anos, Salisbury desapareceu e foi substituído por um homem menos desdenhoso, menos distante de nós e logo que se esboçou a conversa foi possível recomeçar. Em meados de 1902, apresentei a Lansdowne, da parte de Delcassé, um quadro completo da situação que ele me pediu para anotar e, na mesma noite, escrevi-lhe uma carta pessoal em que expunha as nossas ideias; essa carta foi mostrada ao Rei, no dia seguinte, e tornou-se o ponto de partida para uma troca oficiosa e pessoal de pontos de vista que não era uma negociação, que podia ser desmentida, mas que nem por isso deixava de ser uma conversação seguida sobre todos os pontos. Essas reuniões e correspondências duraram dois anos, e precipitaram-se, na sequência das visitas do Rei e do Presidente, e puderam ser concluídas com sucesso pois as circunstâncias tinham-se tornado favoráveis, mas não se teriam concluído com sucesso sem essas circunstâncias e essas circunstâncias por si mesmas não teriam permitido uma solução se os assuntos não tivessem sido preparados desde longa data.

O que prova, mais uma vez, que nada se improvisa, nem na guerra nem na política.

Paul Cambon. *Correspondance II (1898-1911)*, Paris, Bernard Grasset. **RI**

A ENTENTE CORDIALE

CEM ANOS DEPOIS

Filipe Ribeiro de Meneses

Nenhuma leitura, por inteligente e astuta que seja, dos três acordos que, juntos, constituem a *Entente Cordiale*, e que foram assinados há cem anos, poderá levar a uma total compreensão da importância que estes viriam a assumir e dos imperativos estratégicos que levaram à sua negociação. Isto porque os três textos se referem exclusivamente a questões extra-europeias que a França e a Grã-Bretanha queriam resolver pelos seus próprios meios, sem o envolvimento de outras potências coloniais. Nem uma única palavra é dedicada à situação europeia. É necessário por isso evitar a armadilha teleológica ditada pelo posicionamento destes dois países nas guerras mundiais que se seguiriam. A *Entente Cordiale* não foi negociada contra a Alemanha; por trás dela estava principalmente a súbita compreensão de que um império colonial à escala global tende, por fim, a enfraquecer o país seu detentor, expondo-o a rivalidades, ódios e ambições constantes e desgastantes. Uma vez concluída, porém, a importância da *Entente* não parou de crescer, já que tanto a França quanto a Grã-Bretanha se viram ameaçadas pelo excessivo protagonismo da Alemanha de Guilherme II, desejosa de obter uma posição colonial que reflectisse a sua pujança económica e de resolver as suas contradições internas à custa dos seus vizinhos europeus.

ANSIEDADES E DESEJOS

Os três acordos assinados por Lord Lansdowne, Ministro dos Negócios Estrangeiros britânico, e Paul Cambon, Embaixador francês em Londres, em Abril de 1904, representam uma tentativa por parte das duas maiores potências coloniais de resolver todas as questões que entre elas se mantinham em aberto de forma a impedir o súbito estalar de uma crise diplomática – e até militar – que ambos procuravam a todo o custo evitar. Lansdowne, detalhando o encontro com Théophile Delcassé, o seu congénere francês, no Verão de 1903, durante o qual o processo negocial foi iniciado, descreveu da seguinte forma o ponto de vista da diplomacia francesa: «They had ceased to desire a wide extension to their Colonial possessions, and were intent, not upon adding to them, but upon consolidating them, and removing all sources of future trouble within them and upon

their borders»¹. Assim sendo, o Sião, por exemplo, foi dividido em zonas de influência, e o abandono de direitos piscatórios e usufrutuários franceses na Terra Nova foi compensado territorialmente em África². Mais importante foi o acordo sobre a divisão da África do Norte, com o Egipto a cair na esfera britânica enquanto que o futuro de Marrocos (com a excepção de uma pequena parcela na costa setentrional, reservada para Espanha, de forma a não disputar com Gibraltar o acesso ao Mediterrâneo) era entregue

à França. Impedir a repetição de um incidente como o de Fashoda, no Sudão, em 1898, que poderia ter conduzido a um conflito militar inesperado e desnecessário, era uma prioridade para os dois países. A França sabia-se incapaz de resistir por si só a um eventual ataque alemão; para

EM 1904, A GRÃ-BRETANHA ESTAVA PREOCUPADA COM A SUA POSIÇÃO NO MUNDO. EM TODOS OS CONTINENTES SURGIAM NOVOS RIVAIS; E DESTES NENHUM ERA MAIS TEMIDO DO QUE A RÚSSIA.

sobreviver a tal catástrofe necessitaria não só do auxílio do «rolo compressor» russo, garantido no início da década de 90, como ainda de todos os seus recursos coloniais. Paz e clareza no mundo colonial, e o controlo do Norte de África pela própria França ou por países que lhe eram próximos, eram por isso a prioridade para os seus governantes; a situação política doméstica instável, nos anos que se seguiram ao caso Dreyfus, era também um factor a ter em conta pelos governos republicanos. Curiosamente, porém, a França tinha muito mais a oferecer à Inglaterra, começando por um interlocutor favorável e privilegiado em São Petersburgo.

Em 1904, a Grã-Bretanha estava preocupada com a sua posição no mundo. Em todos os continentes surgiam novos rivais; e destes nenhum era mais temido do que a Rússia, que ameaçava interesses britânicos nos Balcãs, na Pérsia, no Afeganistão, no Tibete e na Índia. Enquanto as forças militares britânicas demoravam semanas ou meses a chegar a estes pontos por mar, as forças russas necessitavam apenas de dias, graças à nova rede de caminhos de ferro que atravessava o seu país. Pior ainda, a guerra contra as repúblicas Boer, no início do século, tinha demonstrado ao resto do mundo os limites do poder britânico; mesmo com a sua enorme marinha de guerra, Londres não podia combater mais do que um conflito de grande intensidade ao mesmo tempo. Por fim, a necessidade de fazer face a um novo motim indiano, como o de 1857, nunca esteve longe dos cálculos estratégicos de Londres. Tal como a França, a Grã-Bretanha precisava de paz e estabilidade no mundo colonial; mas precisava sobretudo de travar o crescimento da ameaça russa. A aliança celebrada com o Japão em 1902 parecia não estar a dar grandes resultados pois se, por um lado, a Rússia continuava a fortalecer a sua posição no Pacífico, e a ameaçar a Manchúria, pelo outro o Japão parecia não se dar conta do perigo russo, recusando-se a construir ou a comprar novos couraçados. Tanto a diplomacia como a opinião pública britânica acreditavam que, com a ajuda da diplomacia francesa, um acordo com a Rússia delimitando zonas de influência se tornasse possível; daí a importância das negociações entre Lansdowne e Cambon.

Para garantir o mais rápido acesso ao Oriente, Londres necessitava de assegurar o controlo do Canal do Suez e, por isso, de todo o Egipto, onde o seu domínio, embora evidente, era legalmente precário, já que a ocupação do Egipto tinha sido descrita como uma medida temporária de forma a ser aceite pelas outras Potências. Também aqui a França tinha muito a oferecer uma vez que, desde a expedição napoleónica à construção do Canal, o envolvimento francês no Egipto tinha sido constante, e a França detinha um papel de primeira linha nas finanças egípcias³. O Governador *de facto* britânico no Egipto, o Conde de Cromer, foi um dos principais defensores da Entente, necessária para assegurar um domínio permanente no Egipto e desbloquear uma situação financeira absurda, na qual o pagamento a credores europeus se sobrepunha, como prioridade, ao desenvolvimento do país (que Cromer julgava possível agora que as autoridades egípcias lhe estavam subordinadas)⁴. Ao renunciar à defesa desses interesses, a França estava a dar um grande passo para um bom entendimento com a eterna rival de além-Mancha, um entendimento para o qual a opinião pública parecia estar preparada. A viagem de Eduardo VII a Paris, em Maio de 1903, e a visita do Presidente Loubet a Londres, alguns meses mais tarde, foram enormes sucessos, com as populações das duas capitais a demonstrarem que estavam prontas a iniciar uma nova fase no relacionamento dos dois países. A assinatura de um tratado de arbitragem entre os dois países contribuiu para esta atmosfera de cooperação e boa vontade que ultrapassava a acção das chancelarias, tornando-se um facto político concreto e inultrapassável. Tal nunca seria possível em relação à Alemanha: a hostilidade para com este país, quer em França, quer na Grã-Bretanha, era real e impossível de ignorar. A hostilidade britânica, provocada pela atitude alemã durante a Guerra Boer e a crise venezuelana, tinha sido, em parte, responsável pelo fracasso das negociações anglo-alemãs que, em 1901, exploraram a possibilidade de uma aliança: mas nenhum dos países tinha algo de interessante a oferecer ao outro, e as negociações foram abandonadas. É necessário ainda lembrar as más relações pessoais entre Eduardo VII e o seu sobrinho, o Imperador Guilherme II.

A BARGANHA DIPLOMÁTICA

Não foram fáceis as negociações que antecederam a assinatura dos três acordos. Conversações e trocas escritas de impressões estão detalhadas nos livros brancos publicados pelos dois governos após a I Guerra Mundial. Foi difícil criar consenso em torno de algumas questões. A França, por exemplo, ambicionava controlar a Gâmbia, que via cravada no Senegal sem razão aparente⁵, e queria trocar por essa colónia os seus direitos na Terra Nova; isto os britânicos recusaram terminantemente, oferecendo apenas território em torno de Sokota, na fronteira da Nigéria com o Niger, que os franceses descreviam como «areia»: uma matéria mais do que abundante no império colonial francês. Por outro lado, argumentavam Delcassé e Cambon, o Egipto e Marrocos não eram comparáveis, sendo o primeiro mais rico e melhor governado e administrado do que o segundo (Cambon, escrevendo sobre este ponto, diria que

«la retraite de l'Angleterre au Maroc ne nous mettra pas *hic et nunc* en possession d'avantages équivalents à ceux qu'elle acquérait en Égypte par l'annihilation complète du contrôle de la Dette; il est bon y regarder»), e não pesando sobre ele as ambições de países terceiros. Assim sendo, Delcassé queria que a França abandonasse a sua posição privilegiada no Egipto ao mesmo ritmo que o seu controlo efectivo sobre Marrocos crescesse, não fosse, por exemplo, a Alemanha intrometer-se de forma a fazer descarrilar os planos franceses. Por fim, Delcassé exigia garantias de que os direitos de investidores franceses no Egipto seriam sempre respeitados pelas autoridades britânicas. Já o Governo de Balfour se opunha à possibilidade da fortificação do porto de Rabat, que se erguiria assim como um rival de Gibraltar, vendo ainda o abandono de Marrocos, onde

a França não se tinha ainda instalado definitivamente, como um sacrifício demasiado grande se a única compensação fosse o reconhecimento francês do domínio britânico no Egipto, do qual já ninguém

BERLIM NUNCA ACREDITOU NA FORÇA DO NOVO ENTENDIMENTO, RESOLVENDO TESTÁ-LO ASSIM QUE POSSÍVEL.

podia duvidar. Em Janeiro de 1904 as negociações foram interrompidas devido à impossibilidade de acordo sobre a compensação territorial pelo abandono da *French Shore*, na Terra Nova. Porém, a necessidade de chegar a um acordo sobre a divisão do Norte de África era demasiado grande para que todo o projecto fosse abandonado; e, precisamente nesta altura, estalou a guerra entre o Japão e a Rússia, aumentando assim a insegurança em todo o mundo. Um aliado da Grã-Bretanha batia-se agora com o mais importante aliado da França. Mais do que nunca, a opinião pública exigia um entendimento entre os dois países. A cedência britânica das ilhas de Los, frente a Conacri, foi o gesto que desbloqueou a crise.

AS PROVOCAÇÕES DE GUILHERME

Berlim nunca acreditou na força do novo entendimento, resolvendo testá-lo assim que possível. A visita do Imperador Guilherme II a Marrocos, por ele descrito como um país independente onde a Alemanha exigia igualdade de tratamento e oportunidades, foi a primeira ocasião para ver até onde ia a nova relação franco-britânica. O resultado não poderia ter sido pior para Berlim. Tudo correu inicialmente de feição para a diplomacia alemã, que forçou não só o afastamento do Governo francês de Théophile Delcassé, o principal arquitecto da *Entente*, como ainda a organização da Conferência de Algeciras, dedicada ao futuro de Marrocos. Mas poucas vantagens práticas foram ganhas pela Alemanha nessa conferência. A opinião pública e a imprensa britânica insurgiram-se contra a ousadia do Imperador⁶, e a atitude intransigente de Berlim, aliada à vontade de defender os acordos de 1904, levou Londres e Paris, e mais tarde Bruxelas, a iniciar discussões militares de forma a coordenar a sua defesa comum contra um hipotético ataque alemão. Foram estas notáveis sobretudo porque o Governo britânico que as iniciou já não era o que tinha negociado a *Entente*; o Conservador Lansdowne tinha sido

substituído no Foreign Office pelo Liberal Sir Edward Grey, mas também este via a nova relação com a França como algo a defender. Descrevendo uma conversa com Paul Cambon, Grey afirmou que

I could only state as my personal opinion that if France were to be attacked by Germany in consequence of a question arising out of the Agreement wh[ich] our predecessors had recently concluded with the French Gov[ernmen]t public opinion in England would be strongly moved in favour of France.⁷

Na resposta a esta carta, o Embaixador britânico em Paris, Sir Francis Bertie, informou Grey de que a França não entenderia a falta de uma garantia formal de que, em caso de invasão alemã devido a um incidente em Marrocos, a Grã-Bretanha viria em auxílio dela; havia mesmo a esperança de que tal intenção fosse manifestada a Berlim, o que faria a Alemanha desistir de qualquer agressão contra a França. O aviso de Bertie não poderia ter sido mais claro:

I consider it my duty to warn His Majesty's Government that, in the event of the answer to be given to the enquiries of the French Ambassador not assuring to France more than a continuance of diplomatic support, or of neutrality in the event of a war provoked by Germany, there is serious danger of a complete revulsion of feeling on the part of the French Government and of public opinion in France. The Government would consider that they had been deserted and might, in order to avoid the risk of a war without ally, deem it advisable to make great concessions to Germany outside Morocco in order to obtain liberty of action in that country⁸.

Nenhuma garantia formal de aliança podia, claro, ser dada; mas o imperativo moral de ajudar a França era claramente partilhado pela classe política britânica, e as conversações militares faziam parte deste sentimento. Sempre descritos como sendo meramente académicos, estes estudos habituaram os exércitos britânico e francês a trabalhar juntos, e reforçaram os crescentes laços de amizade entre os dois países; as conversações militares com a Bélgica, levadas a cabo pelo então adido militar britânico em Bruxelas, o Tenente-Coronel Barnardiston (mais tarde chefe da missão militar aliada em Portugal durante a Primeira Guerra Mundial) tornaram possível a elaboração do plano de defesa contra um ataque alemão através da Bélgica, a melhor opção de ataque para Berlim, que os Aliados poriam em prática no Verão de 1914.

Noutra entrevista com Paul Cambon, Sir Edward Grey, esquivando-se mais uma vez a uma promessa de apoio militar incondicional à França em caso de invasão alemã, sugeriu ao Embaixador francês que o rumo dos acontecimentos tendia a fortalecer cada vez mais os laços entre os dois países, sendo por isso desnecessário, de momento, transformar a *Entente* numa aliança defensiva que teria de ser discutida no Parlamento e

que representaria uma mudança fundamental na diplomacia de Londres⁹. Esta previsão estava correcta, já que um entendimento tornado necessário pelo receio da expansão russa na Ásia cedo se transformou numa importante peça num tabuleiro diplomático dominado pela necessidade de conter a Alemanha, cada vez mais errática na afirmação do seu poder. A intervenção francesa ajudou, até certo ponto, a melhorar as relações entre a Grã-Bretanha e a Rússia; mesmo antes do rebentar da crise marroquina, Delcassé interveio com sucesso para prevenir o agravamento da crise suscitada pelo afundamento de navios pesqueiros britânicos pela frota russa do Báltico, a caminho do Oceano Pacífico; mas, na verdade, foram acontecimentos estranhos à *Entente* que ditaram o seu sucesso. Ao derrotar a Rússia no mar e em terra, provocando a Revolução de 1905, o Japão superou todas as expectativas de Londres, e afastou definitivamente o perigo russo; um entendimento entre Londres e São Petersburgo seguir-se-ia em 1907. Mais ainda: a fraqueza demonstrada pelos russos no Oriente encorajou a Alemanha a mostrar-se ainda mais agressiva e, julgando-se imbatível em terra, a procurar o domínio dos mares. Começou assim a corrida de armamentos navais que tão gravemente iria ferir as relações anglo-germânicas.

CORDIAL, DISSE?

É perceptível, nas negociações que antecederam a *Entente Cordiale*, o desejo popular de um melhor entendimento entre a França e a Grã-Bretanha; para além do próprio conteúdo dos acordos assinados em 1904, esta vontade de transformar o relacionamento entre Paris e Londres é talvez o elemento mais surpreendente quando consideramos, passados cem anos, a *Entente*. Confrontados por novos e poderosos rivais, europeus ou não, franceses e britânicos viram uns nos outros não

o inimigo histórico, mas antes aliados naturais que partilhavam interesses coloniais à escala global e, à escala nacional, princípios democráticos e preocupações sociais. A *Entente* marca, no fundo, o

A *ENTENTE* MARCA, NO FUNDO, O COMEÇO DO FIM DO DOMÍNIO EUROPEU, SENDO O REFLEXO DE UMA CRISE DE CONFIANÇA NAS DUAS PRINCIPAIS POTÊNCIAS COLONIAIS EUROPEIAS.

começo do fim do domínio europeu, sendo o reflexo de uma crise de confiança ou, por outras palavras, de uma nova dúvida nas duas principais potências coloniais quanto à possibilidade de garantirem isolada e simultaneamente os seus domínios ultramarinos e a segurança das suas metrópoles europeias. Foi atempada esta realização; sem ela teria sido impossível à França resistir aos exércitos alemães senão em 1914, então certamente em 1916, em Verdun. Porém, este entendimento não foi duradouro. A reacção popular contra a guerra nas décadas de 20 e 30 foi também uma reacção anti-*Entente*, tendo esta sido já enfraquecida pelas batalhas diplomáticas que envolveram o Tratado de Versalhes. Incapazes de fazer valer os princípios que regiam a Sociedade das Nações e as novas fronteiras europeias, e em face dos novos nacionalismos nas colónias, do ressurgimento alemão, dos expansionismos italiano e japonês e da incógnita soviética, franceses e bri-

tânicos preferiram culpar-se mutuamente a fazer valer, pela força, o Tratado de Versalhes. Acção firme e conjunta era cada vez mais necessária na Ásia, na Abissínia, em Espanha e na Checoslováquia, mas não era bem vista pelas respectivas opiniões públicas, marcadas indelevelmente pela experiência das trincheiras. O entendimento entre governantes e militares dos dois países em 1939-1940 foi muito diferente do que tinha sido em 1914-1918. Perante o abismo da derrota total às mãos de Hitler, o cinismo e a desconfiança foram, dos dois lados, as notas dominantes, deixando uma pesada herança histórico-cultural que pode ser, ainda hoje, despertada e manipulada com facilidade, como foi demonstrado durante a recente crise iraquiana. ^{RF}

NOTAS

¹ G. P. Gooch & Harold Temperley (eds.), *British Documents on the Origins of the First World War, 1898-1914*, vol. II, *The Anglo-Japanese Alliance and the Franco-British Entente*, Londres, His Majesty's Stationery Office, 1927. Documento 357, The Marquess of Lansdowne to Sir E. Moxson, July 7, 1903, 294.

² Segundo Lansdowne, «the Treaty of Utrecht (1713) by Article XIII recognised that the Island of Newfoundland should thenceforth belong wholly to Great Britain, but it gave to the French 'the right to catch fish and to dry them on land on that part of the coast which stretches from Cape Bonavista to the northern point of the island, and from thence running down by the western side to Point Riche'. They were not to erect any buildings there besides stages made of boards and huts necessary and usual for drying fish, or to resort to the island beyond the time necessary for fishing and drying of fish.» O Tratado de Versalhes de 1783 alterou a zona costeira a ser controlada desta forma pelos franceses, descrita na Convenção de 8 de Abril (cf. p. 105 neste volume). Este tratado determinava ainda a remoção de toda e qualquer povoação britânica na dita costa. As relações entre os pescadores das duas nações continuaram difíceis porém, e piores ainda eram as relações entre os pescadores franceses e as autoridades da Terra Nova, cuja legislação decretou, em 1886, a proibição da venda de isco aos franceses. Outro ponto de discórdia era a pesca de lagosta, não incluída no texto dos tratados já mencionados. Todas as tentativas de negociação, desde 1844, tinham fracassado, e, segundo Lansdowne, «on each occasion the failure of the arrangement was succeeded by a renewed assertion of the French rights in their extremest form, and instructions were issued to the French

cruisers stationed off the coast which threatened to lead to a serious rupture». G. P. Gooch & Harold Temperley (eds.), *British Documents...*, vol. II, Documento 416, The Marquess of Lansdowne to Sir E. Moxson, April 8, 1904, 369-70.

³ Paul Cambon escreveu ao Directeur des Affaires Politiques, Cogordan, a 18 de Novembro de 1903, que «Je suis d'avis de ne céder sur rien, de prendre notre temps, de ne pas nous montrer pressés. Nous avons le droit d'être difficiles; les Anglais ont plus d'intérêt à s'arranger avec nous pour l'Égypte que nous n'en avons à conclure avec eux pour le Maroc. Ils deviendront intraitables s'ils nous sentent trop désireux d'en finir». Mais tarde, a 22 de Novembro, Cambon escreveria a Delcassé que «Ils veulent l'anéantissement du contrôle international, la conversion de la Dette et la liberté de disposer à leur gré des immenses ressources de la vallée du Nil; ils sont plus pressés que nous, ils ont plus besoin que nous de solution immédiate. L'attitude indiquée en pareil cas set une certaine réserve». Ministère des Affaires Étrangères (MAE), Commission de publication des documents relatifs aux origines de la guerre de 1914, *Documents Diplomatiques Français (1871-1914)*, 2e Série (1901-1911), Tome IV (5 Octobre 1903-8 Avril 1904), Documento 89, M. Paul Cambon, Ambassadeur de France à Londres, à M. Cogordan, Directeur des Affaires Politiques, 18 Novembre 1903, 116, e Documento 98, M. Paul Cambon, Ambassadeur de France à Londres, à M. Delcassé, Ministre des Affaires Étrangères, 22 Novembre 1903, 130.

⁴ G. P. Gooch & Harold Temperley (eds.), *British Documents...*, Documento 359, The Earl of Cromer to the Marquess of Lansdowne, July 17, 1903.

⁵ Em privado, porém, Cambon descrevia a Gâmbia como «le seul bon mouillage de la côte occidentale d'Afrique». MAE, *Documents Diplomatiques...* Tome IV, Documento 98, M. Paul Cambon, Ambassadeur de France à Londres, à M. Delcassé, Ministre des Affaires Étrangères, 22 Novembre 1903, 130.

⁶ MAE, *Documents Diplomatiques*, Tome VI, [2 Janvier-6 Juin 1905], Documento 264, M. Geoffroy, Chargé d'Affaires de France à Londres, à M. Delcassé, Ministre des Affaires Étrangères, Londres, 9 Avril 1905, 328: «Les journaux de toutes nuances sans exception n'ont pas ménagé des critiques, qui dans certains cas ont pris un caractère violent et acerbe: l'on a dit à l'Empereur sous une forme plus ou moins crue que s'il espérait brouiller les bonnes relations actuellement établies entre la France et l'Angleterre, il faisait fausse route, que la nation britannique avait accepté avec satisfaction le rapprochement anglo-français et que ce n'étaient pas les manoeuvres de l'Allemagne qui en mettraient l'existence en péril».

⁷ G. P. Gooch & Harold Temperley (eds.), *British Documents...*, vol. III, *The Testing of the Entente*, Londres, His Majesty's Stationery Office, 1928, Documento 210, Sir Edward Grey to Sir F. Bertie, January 10, 1906, 170.

⁸ G. P. Gooch & Harold Temperley (eds.), *British Documents...*, vol. III, Documento 213, Sir F. Bertie to Sir Edward Grey, January 13, 1906, 176.

⁹ G. P. Gooch & Harold Temperley (eds.), *British Documents...*, vol. III, Documento 219, Sir Edward Grey to Sir F. Bertie, January 31, 1906, 181.